



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2020.

CNPJ: 03.918.382/0001-25 NIRE: 52300008476

Sede: Goiânia/Goiás

Tipo de estatal: Sociedade de Economia Mista

Tipo societário: Sociedade Anônima

Tipo de capital: Fechado

Abrangência de atuação: Estado de Goiás

Setor de atuação: Financeiro

Diretor-Presidente: Rivael Aguiar Pereira

Contato: (62) 3216-4903 – presidente@goiasfomento.com

Audidores Independentes atuais da empresa: Audimec Auditores Independentes SS - APP

CNPJ: 11.254.307/0001-35

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

José Paulo Félix Loureiro – Presidente – CPF: 285.024.181-49

Rivael Aguiar Pereira – Vice-Presidente – CPF: 607.372.391-15

Marise Fernandes Araújo – Conselheira – CPF: 193.513.131-15

Sérgio Luiz Ribeiro Macedo – Conselheiro – CPF: 434.133.071-34

Ricardo Maciel Santana – Conselheiro – CPF: 320.907.221-34

Diretores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

Rivael Aguiar Pereira – Vice-Presidente – CPF: 607.372.391-15

Fernando Freitas Silva – Diretor – CPF: 859.849.901-30

José Alves Queiroz – Diretor – CPF: 340.956.671-68

1. Interesse público subjacente às atividades empresariais:

A Agência de Fomento de Goiás S.A. – GoiásFomento é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, com controle acionário do Estado de Goiás, que possui 99,99% do seu Capital Social integralizado e representado por ações ordinárias nominativas.

Autorizada pela Lei nº 13.533, de 15 de outubro de 1999, foi constituída em julho de 2000 e suas atividades são fiscalizadas pelo Banco Central e órgãos de controles estaduais, como a Controladoria Geral do Estado e Tribunal de Contas. É regida por seu Estatuto Social, Regimento Interno e suas políticas internas.



A GoiásFomento é uma Instituição financeira constituída como Agência de Fomento, na forma definida pela Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, dedicada ao financiamento e à promoção de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás com atuação no território goiano.

As diretrizes que orientam as ações da GoiásFomento são definidas pelo seu acionista majoritário através do Planejamento Governamental, no Planejamento Estratégico da GoiásFomento, cuja missão é *“Atuar com excelência na concessão de financiamento, com foco no desenvolvimento e na redução das desigualdades sociais e regionais”*.

A GoiásFomento subordina-se ao Governo do Estado de Goiás por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços, à qual se encontra jurisdicionada como Instituição Financeira, no papel de agente financeiro oficial dos programas socioeconômicos estaduais.

Na qualidade de agente financeiro de fomento do Governo do Estado atua na execução de suas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, pauta a sua atuação no cumprimento de seus objetivos institucionais e operacionais conforme diretrizes emanadas pelo governo.

As ações e atividades desenvolvidas pela GoiásFomento no interesse governamental se relaciona com as áreas de inovação; estímulo à produção de energias renováveis (solar) e apoio a projetos de eficiência energética; investimentos no agronegócio; financiamento a empreendimentos turísticos; fortalecimento do microcrédito produtivo, prospecção para atuação como agente financeiro em programas de transferência de renda por meio de cartão de crédito pré-pago, destacando-se projetos com apoio financeiro relacionados à:

- a) Estimular à inovação através de financiamentos com linhas de crédito, especialmente por meio do Inovacred e Inovacred Expresso;
- b) apoiar a realização de investimentos rurais e agroindustriais visando fortalecimento da bacia leiteira e industrialização de produtos do agronegócio goiano;
- c) atuar no apoio à investimentos para geração de energia renovável e em projetos de eficiência energética aumentando a competitividade nos empreendimentos produtivos;
- d) elevar a oferta de produtos e serviços locais por meio de programa de qualificação de fornecedores, visando a substituição de importação de insumos para a indústria goiana;
- e) ampliar a atuação no setor turístico com apoio a projetos produtivos com recursos do FUNGETUR;
- f) atuar como agente financeiro de fundos estaduais de apoio ao desenvolvimento econômico, em especial, do Fundo de Equalização do Empreendedor - FUNDEQ e em programas sociais de transferência de renda;
- g) fortalecimento da rede de microcrédito produtivo no estado, com sustentabilidade operacional e financeira, com a ampliação do PNMPO
- h) atuação como agente financeiro em programas sociais de transferência de renda nos poderes públicos estadual e municipais.

2. Atividades desenvolvidas

Os produtos e serviços financeiros operados pela GoiásFomento, tanto na atuação com recursos próprios, quanto de repasses e fundos estaduais, estão relacionadas as seguintes áreas:



- a) *Crédito Empresarial*: Pessoas físicas e jurídicas, do comércio, indústria, serviços e agronegócio;
- b) *Crédito ao Agronegócio*: Produtores Rurais e Agroindústrias;
- c) *Crédito à Inovação*: Empresas com produtos ou processos inovadores;
- d) *Microcrédito Produtivo Orientado*: Repasses de recursos ao microempreendedor formal e informal com recursos captados na Caixa Econômica, obedecendo as regras do PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado);
- e) *Serviços*: Governo do Estado – Agente Financeiro de Fundos Estaduais, programas oficiais de crédito e de transferência de renda.

Os produtos financeiros operados pela GoiásFomento, são, na sua maioria composto por linhas de crédito com recursos próprios. Em 2020, ano atípico para a economia brasileira, a GoiásFomento focou suas ações na oferta de soluções para empreendimentos produtivos afetados pelas restrições decorrentes da pandemia causada pela COVID-19. A GoiásFomento se destacou no cenário nacional por ser a única agência de fomento no país a operacionalizar o PRONAMPE – Programa de Apoio a Micro e Pequena Empresa, que consistiu em oferecer garantia de aval nas operações de crédito, mitigando o risco das operações em 85% da carteira de crédito. Dentre as várias ações empreendidas pela GoiásFomento, incluiu formalização de convênio com fundos garantidores, aprovação de novo limite de crédito para repasses de recursos por meio da FINEP – Empresa Brasileira de Inovação e acesso a recursos no âmbito do PNMPO/CAIXA e FUNGETUR.

Fundo Estadual: FUNDEQ – Fundo de Equalização para o Empreendedor

O FUNDEQ, Fundo de Equalização para o empreendedor, instituído em 29 de dezembro de 2020, tem como objetivo é democratizar, fomentar, socializar e aumentar a competitividade das atividades desenvolvidas por trabalhadores autônomos, microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, produtores rurais e outras atividades ligadas ao agronegócio por meio da concessão de subsídio ao pagamento de encargos sob a forma de equalização de juros e prestação de garantias em operações de crédito ao microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, trabalhadores autônomos e informais dos setores agropecuário, mineral, industrial, comercial, de turismo e de prestação de serviços, que tem como agente financeiro a GoiásFomento.

Fundo Estadual: Funproduzir Microempresa

Através do Subprograma do PRODUIR, no Crédito Produtivo/Microempresa, foram desembolsados mais de **R\$ 19,1 milhões** em mais de **620** contratos no ano de 2020, com subsídio de juros sob a forma de equalização no montante de **R\$ 8,2 milhões**.

Fundo Estadual: Funmineral – Fundo de Fomento Mineral

No Programa de Fomento Mineral – FUNMINERAL, o valor dos desembolsos no exercício de 2020, foi ínfimo, em face das alterações na política de fomento mineral do Estado de Goiás, com apenas três operações para o artesanato mineral somando **R\$ 22,5 mil**. O programa foi extinto no final de 2020, sendo direcionado as demandas por financiamentos dessa natureza, para outros produtos disponíveis na GoiásFomento e o saldo de recursos disponíveis transferidos ao FUNDEQ.

Fundo Estadual: Funban – Fundo de Financiamento do Banco do Povo

Da mesma forma que ocorreu com o FUNMINERAL, o FUNBAN, Fundo de Financiamento do Banco do Povo, foi extinto pela mesma lei em face das alterações na política para o microcrédito, inclusive com a criação do FUNDEQ. Os desembolsos no exercício de 2020 somaram **R\$ 3,7 milhões** em financiamentos, com a formalização de **395 contratos**.

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

Com recursos de repasses da Caixa Econômica Federal para operacionalizar o microcrédito no âmbito do PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, foi desembolsado no exercício de 2020, **R\$ 2,1 milhões** em **151 operações** de crédito.

FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo

O montante desembolsado com recursos do FUNGETUR, somou **R\$ 9,1 milhões** em **134 contratos** de financiamentos.

PRONAMPE – Programa Nacional de Apoio a Micro e Pequena Empresa

Por meio do PRONAMPE, os desembolsos somaram **R\$ 32,2 milhões** em **455 operações** de crédito.

3. Fatores de risco

Dos fatores de riscos da Instituição considerados ameaças à atuação da GoiásFomento, destacam-se:

- Migração de empresas participantes dos programas de incentivos fiscais para o PROGÓIÁS;
- Ausência de um plano consistente de capitalização da GoiásFomento pelo controlador;
- Alta carga tributária que pesam sobre as Agências de Fomento que se assemelha aos bancos múltiplos;
- Conjuntura econômica e incertezas políticas que afetam o crescimento do país, em especial, os causados pelas consequências advindas da pandemia;

- Alto índice de inadimplência no mercado provocado pelo baixo nível de atividade econômica e consequente maior desemprego dos fatores de produção;
- Baixa remuneração, em contrapartida elevadas despesas com provisões;
- Altos custos com estruturação para atendimento às exigências do Banco Central.

4. Dados econômico-financeiros

Histórico de Dados Relevantes 2014-2020 - (em R\$ mil)							
Valores em R\$ mil	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Patrimônio Líquido	170.857	171.517	171.550	178.503	185.160	189.940	197.725
Capital Social	163.315	164.828	164.822	165.975	165.975	174.969	179.777
Ativo Total	210.862	229.807	239.478	240.635	241.192	243.619	307.909
Patrimônio de Referência	170.855	171.517	171.445	178.503	184.842	184.842	191.865
Índice de Basileia pós Rban (%)	85,55	50,62	49,63	47,05	48,63	54,34	47,46
Lucro líquido	2.879	681	533	7.553	6.977	8.661	2.385
Saldo de TVM (Recursos em Tesouraria)	68.219	70.857	84.331	92.889	91.445	103.668	117.378
Taxa de inadimplência de Curso Normal (até 90 dias)	8,61	8,5	7,2	3,57	2,40	1,81	1,03
Taxa de inadimplência de Curso Anormal (acima de 90 dias)	1,91	4,72	7,6	3,72	1,91	5,01	4,83
Saldo Carteira Ativa	120.787	149.994	136.159	118.014	109.664	98.988	148.067
Desembolsos ¹	83.835	96.377	69.465	33.321	36.411	29.723	88.922

1 – Referem-se aos desembolsos com recursos próprios, repasses e de fundos estaduais.

Operações de Crédito

Os desembolsos foram realizados, especialmente em linhas de crédito com fonte nos recursos próprios da GoiásFomento, conforme tabela abaixo:

Desembolsos/Renegociações conforme fonte de recurso – 2019 e 2020

Linhas de Crédito / Fonte do Recurso	2019		2020	
	Qtd	Valor R\$	Qtd	Valor R\$
Recursos Próprios				
GoiásFomento - Crédito Produtivo	827	24.891.134,37	604	18.243.298,53
GoiásFomento - Crédito Produtivo Energia Solar	10	344.074,12	18	766.848,25
GoiásFomento - Crédito Produtivo E. Energética	0	0,00	1	49.953,54
GoiásFomento - Crédito Produtivo Rural	0	0,00	1	20.285,66
GoiásFomento - Crédito Rotativo Agronegócio	17	466.309,14	0	0,00
GoiásFomento - Giro	30	1.927.583,29	21	1.096.581,65
GoiásFomento - Giro Vip	0	0,00	15	1.518.286,08
GoiásFomento - Farmadrogas	2	133.531,53	0	0,00
GoiásFomento - Investimento	23	1.928.524,74	16	1.277.948,73
GoiásFomento - Investimento VIP	0	0,00	5	644.607,15
GoiásFomento - MotoTaxi	0	0	1	12.500,00
GoiásFomento - Taxi	1	31.639,70	0	0,00
GoiásFomento - Pronampe	0	0,00	455	32.238.309,60



GoiásFomento CredFomento	0	0,00	365	17.611.773,78
GoiásFomento Microcrédito	0	0,00	61	811.497,28
GoiásFomento Renegociação de Linhas de Rec. Próprias	0	-	16	483.957,48
Leilão GoiásFomento	0	-	1	1.083.955,64
Total Desembolsos - Recursos Próprios	910	29.722.796,89	1.580	75.859.803,37
Recursos de Repasses				
FCO Empresarial	0	0	1	200.000,00
FCO Rural	0	0	0	0
Microcrédito Caixa	0	0,00	151	2.112.107,88
Fungetur	0	0,00	134	9.129.040,77
GoiásFomento Renegociação de Linhas de Repasses	2	597.467,21	17	1.621.279,46
Total Desembolsos - Repasses	2	597.467,21	303	13.062.428,11
Total Geral	912	30.320.264,10	1.883	88.922.231,48

Noventa por cento dos recursos desembolsados, concentraram nas linhas “GoiásFomento Crédito Produtivo, GoiásFomento Pronampe e GoiásFomento CredFomento”.

Desempenho Operacional

O saldo das carteiras de crédito ativas é composto de operações com recursos próprios da GoiásFomento, que na carteira de dezembro, representou 76,2%. Destaca-se que o índice de provisão na carteira com saldo em dezembro de 2020 foi 19% menor que no ano anterior.

Saldo da Carteira Ativa

Ano	Fonte	Carteira Dezembro			
		Qtd	Saldo Carteira	PDD	ii
2019	Risco Próprio (Recursos Próprios + Repasses)	2.545	98.196.267,54	6.094.513,83	6,21%
2020	Risco Próprio (Recursos Próprios + Repasses)	6.340	148.066.831,67	7.474.452,15	5,05%

Capital Social e Patrimônio Líquido

O Capital Social da GoiásFomento alcançou, ao final do exercício de 2020, **R\$ 179,8 milhões**, enquanto o Patrimônio Líquido em dezembro de 2020 alcançou de **R\$ 197,7 milhões** e os ativos totais somaram **R\$ 308 milhões**.

Saldo de Operações Ativas

A GoiásFomento encerrou o exercício de 2020 com Saldo de Operações Ativas de **R\$ 148 milhões**, com a **1.883 contratos** na carteira.



Gestão de Riscos e Liquidez Financeira

As operações de crédito classificadas com *rating* de “A” até “C”, corresponderam a **93%** do valor do Saldo de Operações Ativas e **94%** do número de contratos ativos, refletindo no menor índice de provisão da história da instituição. A disponibilidade de recursos em Tesouraria somou **R\$ 117,4 milhões** ao final do exercício, excluídos os recursos dos fundos administrados, ainda assim, restaram **R\$ 53,3 milhões**, o que evidencia o elevado grau de liquidez da GoiásFomento.

Agente Financeiro oficial do Estado de Goiás

Como agente financeiro de programas socioeconômicos do Estado de Goiás, a GoiásFomento atua na execução de políticas públicas de desenvolvimento do Governo de Goiás, desempenhando um papel importante no âmbito da política de atração de investimentos por meio dos programas de incentivos fiscais, como também, na operacionalização de crédito com recursos próprios, com subsídios de fundos estaduais e financiamentos com recursos de repasses.

Funproduzir e Fomentar

No FUNPRODUZIR, por meio do Programa PRODUZIR e seus subprogramas, contratou desde 2000, mais de **R\$ 167,3 bilhões** em incentivos fiscais desde a criação do programa, com investimentos programados em mais de **R\$ 18 bilhões**, e mais de 380 mil empregos diretos previstos. Quanto ao FOMENTAR, a GoiásFomento promoveu mais de 320 aditivos contratuais desde que passou a atuar como agente financeiro.

Funproduzir/Microempresa

Através do Subprograma do PRODUZIR, no Crédito Produtivo/Microempresa foram desembolsados mais de **R\$ 94,5 milhões** desde sua criação com mais de **7 mil** contratos até o final de 2014.

Após a edição da Lei nº 19.197, de 29/12/2015, que alterou a forma de utilização dos recursos, para equalização de juros em operações de crédito com recursos próprios da GoiásFomento, ocorreram desembolsos em **2.986 contratos** no montante de **R\$ 93,5 milhões** de março/2016 até dezembro de 2020 nas linhas do Crédito Produtivo.

Funmineral

No Programa de Fomento Mineral – FUNMINERAL, o valor dos desembolsos desde 2004 somaram **R\$ 41,8 milhões** em **361** contratos.



Funban

O Fundo de Financiamento do Banco do Povo - FUNBAN instituído pela Lei nº 17.888, de 27 de dezembro de 2012, iniciou suas atividades em 2013 e, deste então, foram contratados por meio da GoiásFomento, seu agente financeiro, mais de **R\$ 41 milhões** em financiamentos através da estrutura do Banco do Povo, com valores que vão até **R\$ 15 mil** por tomador. Somente em 2020 os desembolsos somaram **R\$ 3,7 milhões**.

Gestão de Pessoas

Em 31 de dezembro de 2020, o número de colaboradores, entre efetivos e os que estavam em cargos em comissão e à disposição somou 123, sendo 39 efetivos e os demais, 84. A alteração em relação ao exercício anterior, é primoroso a necessidade de realização de concurso público para redução no quantitativo de colaboradores em caráter transitório evitando solução de continuidade em atividades essenciais à organização.

Resultado

O Resultado alcançado em 2020 foi positivo e esperado, de acordo com o planejamento orçamentário do período. As medidas adotadas para mitigação de risco de crédito e recuperação de ativos, juntamente com boa gestão dos recursos disponíveis, contribuíram para alcançar o lucro líquido de **R\$ 2,3 milhões**.

5. Comentários dos Administradores sobre o desempenho

Os desafios em 2020 foram enormes, em decorrência do baixo nível da atividade econômica, entretanto, a GoiásFomento atuou na busca de soluções e encaminhamentos para oferecer às empresas goianas meios que facilitasse o acesso a financiamentos, que visaram sobretudo, a manutenção do emprego e de renda por meio do financiamento das atividades produtivas.

Entretanto, o volume financeiro de desembolsos de financiamentos ficou acima da média anual, e demonstrou que foram efetivas as ações implementadas pela atual gestão que tiveram que atuar nesse cenário um tanto adverso da economia nacional.

6. Composição da administração

Assembleia Geral

As atribuições da Assembleia Geral são fixadas na lei e reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses, após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas. Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto



social da GoiásFomento e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Conselho de Administração

É o órgão colegiado de decisão superior da GoiásFomento, constituído por membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. Tem como principais funções a fixação de orientação geral dos trabalhos e negócios da GoiásFomento, aprovação dos seus planos, programas e projetos de desenvolvimento, suas respectivas propostas orçamentárias, bem como supervisionar suas execuções. Reúne-se, ordinariamente, em março e setembro de cada ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Conselho Fiscal

É composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições e competências são fixadas pelas leis em vigor aplicáveis às sociedades por ações. As reuniões ocorrem trimestralmente para analisar o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas pela GoiásFomento e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva.

Diretoria

A Diretoria Executiva é de natureza colegiada, sendo composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor de Operações, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, todos com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Tem como função deliberar de forma colegiada e executar as normas traçadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. Suas atribuições são outorgadas por lei para realizar os objetivos sociais e assegurar o funcionamento regular da GoiásFomento, zelando pelo cumprimento da legislação vigente aplicável, do seu Estatuto Social e das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

Auditoria Externa

É estabelecida a obrigatoriedade de auditoria externa independente nas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Neste caso, a GoiásFomento é regularmente auditada e fiscalizada.

Comitê de Elegibilidade

O Comitê de Elegibilidade tem a função de verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, composto por três membros, com mandato de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.

Comissão de Licitações e Contratos

A Comissão de Licitações e Contratos é um órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e decidir, nos limites de sua competência, sobre as compras e as contratações, na forma definida pelo Conselho de Administração e por seu Regimento Interno (Regulamento).

Comissão de Ética e Sindicância

O Comitê de Ética e Sindicância é um órgão colegiado, tendo por finalidade fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos seus empregados, gestores e dirigentes, inclusive de forma preventiva e pedagógica, com sugestões de melhoria das atividades e processos de trabalhos. Sua atuação é pautada pela transparência, independência técnica, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento.

Comitê de Processo Administrativo Disciplinar

O Comitê de Processo Administrativo Disciplinar é um órgão colegiado, tendo por finalidade a condução de processo administrativo de empregados, gestores e dirigentes, e o processo obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Comitê de Crédito

É responsável por examinar e emitir parecer em processos relacionados às operações de crédito, recomendando à Diretoria o deferimento ou não das propostas, e emitir parecer sobre propostas de políticas operacionais emanadas das diversas áreas de crédito e risco, com parecer sobre a decisão de crédito.

São órgãos colegiados responsáveis pela análise e aprovação das operações de crédito. O Comitê de Crédito I é a instância máxima de decisão sobre o deferimento de crédito e será constituído pelos membros da Diretoria Executiva, e é presidido pelo Diretor-Presidente. O Comitê de Crédito II será constituído por 4 (quatro) analistas de crédito, rodiziados semanalmente, sendo um deles, obrigatoriamente, o responsável pelo Processo de Financiamento analisado, com a atribuição de

manifestar sobre a análise de viabilidade técnica, econômica e financeira das propostas, com emissão de pareceres visando subsidiar decisão do Comitê de Crédito I.

Comitê de Gestão de Controles Internos e Conformidade

É órgão colegiado responsável pela formulação, aprovação e acompanhamento das políticas de controle interno, vinculado à Presidência. Tem por missão principal avaliar se os objetivos do Sistema de Controles Internos da Agência estão sendo alcançados. Tem como objetivo fortalecer e preservar a cultura de gestão dos controles internos e da conformidade, consistente com as melhores práticas de mercado e com a missão da Instituição.

Auditoria Interna

É um órgão vinculado ao Conselho de Administração e exerce suas atividades com independência, continuidade e efetividade e o titular da Coordenadoria será exercida por um empregado do quadro permanente da GoiásFomento, graduado em Administração de Empresas, Ciências Contábeis ou Economia, com qualificação em auditoria e conhecimento das respectivas normativas do Banco Central do Brasil.

7. Remuneração dos administradores

Despesa com Honorários de Diretoria e Conselhos - Exercício de 2020 – (em R\$)				
Membros que Encerraram Mandatos em 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Nº total de Membros	1	3	1	5
Remuneração Fixa + Encargos	15.712,55	28.282,59	167.813,31	211.808,45
Diárias e Reembolsos	00,0	00,0	00,0	00,0

Fonte: Gerência de Recursos Humanos. CONSAD + DIREX: R\$ 0,00

- 1 – O Conselheiro de Administração Alexandre Eduardo Felipe Tocantins encerrou seu mandato em 2020, no dia 16/03/2020 e sua remuneração no período somou **R\$ 15.712,55 mil**. Não recebeu diárias.
- 2 – A Diretora Administrativa e Financeira Maria Terezinha da Mota Batista encerrou seu mandato em 2020, no dia 20/05/2020 e sua remuneração no período somou **R\$ 167.813,31 mil**. Não recebeu diárias.
- 3 – O Conselheiro Fiscal Luciano Machado Pereira encerrou seu mandato em 2020, no dia 16/03/2020 e sua remuneração no período somou **R\$ 9.427,53 mil**. Não recebeu diárias.
- 4 – O Conselheiro Fiscal Rogério Santana Ferreira encerrou seu mandato em 2020, no dia 16/03/2020 e sua remuneração no período somou **R\$ 9.427,53 mil**. Não recebeu diárias.
- 5 – O Conselheiro Fiscal Thiago Vinicius Vieira Miranda encerrou seu mandato em 2020, no dia 16/03/2020 e sua remuneração no período somou **R\$ 9.427,53 mil**. Não recebeu diárias.

Despesa com Honorários de Diretoria e Conselhos - Exercício de 2020 – (em R\$)				
Membros que Iniciaram Mandatos em 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Nº total de Membros	1	3	1	5

Remuneração Fixa + Encargos	58.715,30	91.670,24	190.544,99	340.930,53
Diárias e Reembolsos	00,0	00,0	00,0	00,0

Fonte: Gerência de Recursos Humanos

1 – Conselheiro de Administração Rivael Aguiar Pereira iniciou seu mandato em 2020, no dia 16/03/2020 e sua remuneração no período somou **R\$ 58.715,30**. Não recebeu diárias.

2 – O Diretor Administrativo e Financeiro José Alves Queiroz iniciou o mandato em 21/05/2020 e sua remuneração no período somou **R\$ 190.544,99**. Não recebeu diárias.

3 – O Conselheiro Fiscal Plínio César Lucas Viana iniciou o mandato em 06/07/2020 e sua remuneração no período somou **R\$ 21.460,02**. Não recebeu diárias.

4 – O Conselheiro Fiscal Fabrício Borges Amaral iniciou o mandato em 17/03/2020 e sua remuneração no período somou **R\$ 35.105,11**. Não recebeu diárias.

5 – O Conselheiro Fiscal Paulo de Aguiar Almeida iniciou o mandato em 17/03/2020 e sua remuneração no período somou **R\$ 35.105,11**. Não recebeu diárias.

Despesa com Honorários de Diretoria e Conselhos - Exercício de 2021 – (em R\$)				
Membros em 2021 (Previsão)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Nº total de Membros	5	3	3	11
Remuneração Fixa + Encargos	316.317,96	189.791,28	1.281.875,16	1.787.984,40
Diárias e Reembolsos	0,00	0,00	00,0	00,0

8. Conclusão

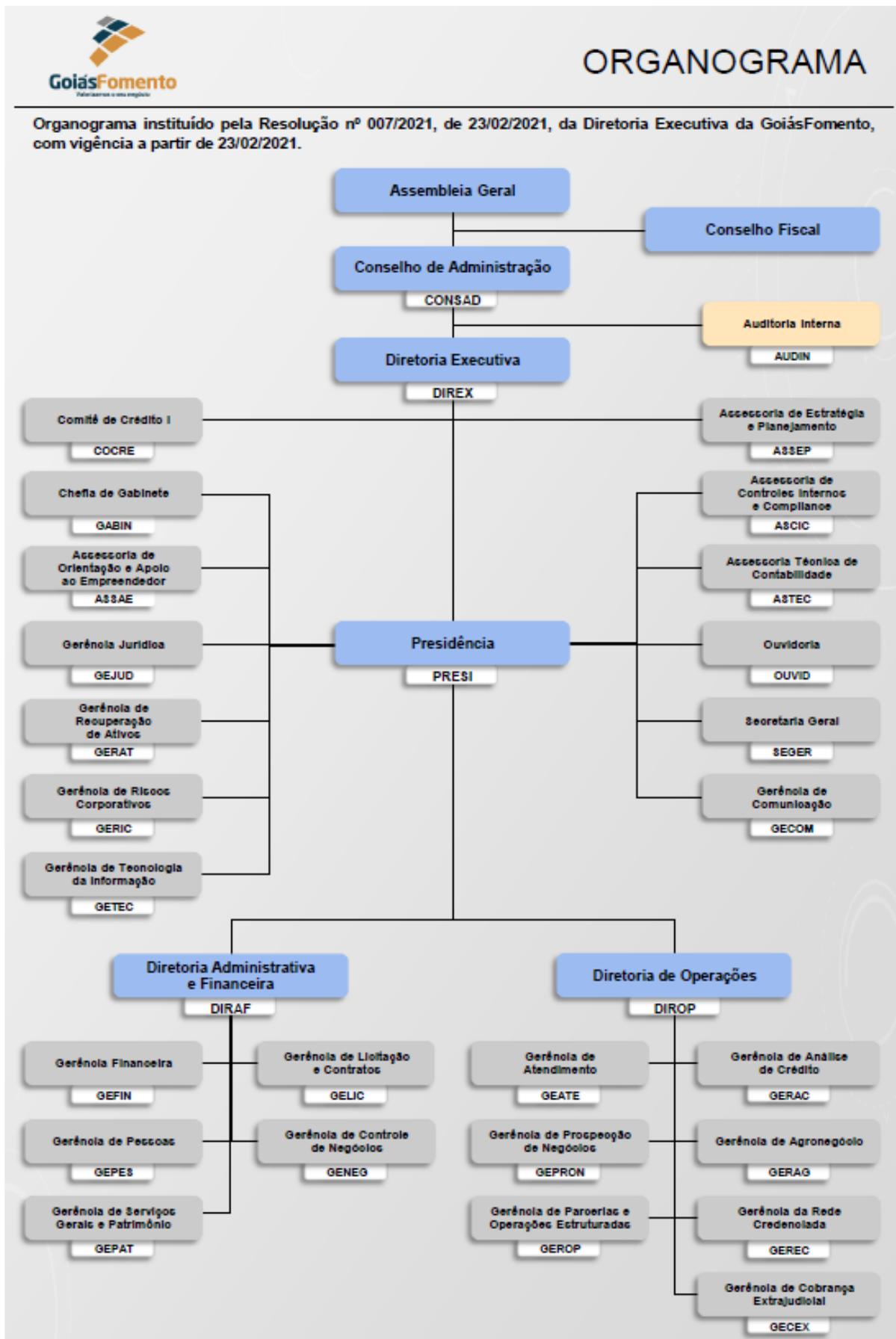
A Diretoria Executiva da GoiásFomento e o Conselho de Administração da GoiásFomento subscreve esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, em cumprimento a Lei nº 13.303, de 30/06/2016, que prescreve sua apresentação, demonstrando que a GoiásFomento vem atuando em consonância com suas funções institucionais, e que atende ao interesse coletivo da sociedade goiana, com a definição clara dos recursos que vem sendo empregados para esse fim, como também, dos impactos econômico-financeiros.

Goiânia (GO), 22 de junho de 2021.

- Diretoria Executiva:
 - Rivael Aguiar Pereira - Diretor-Presidente;
 - Fernando Freitas Silva - Diretor de Operações; e
 - José Alves Queiroz - Diretor Administrativo e Financeiro.

- Conselho de Administração:
 - José Paulo Félix de Souza Loureiro – Presidente;
 - Rivael Aguiar Pereira – Vice-Presidente;
 - Marise Fernandes de Araújo – Conselheira;
 - Ricardo Maciel Santana – Conselheiro; e
 - Sérgio Luiz Ribeiro Macedo – Conselheiro.

Anexo I à Carta Anual de Governança Corporativa – 2020 - ORGANOGRAMA



Anexo II à Carta Anual de Governança Corporativa – Quadro atualizado de Administradores 2020

	Nome	Data de Posse	Data de Encerramento do mandato	CPF ou nº passaporte	Cargo eletivo ocupado
Diretoria Executiva	Rivael Aguiar Pereira	09/07/2019	Reunião do Conselho de Administração após a AGO/2021.	607.372.391-15	Diretor-Presidente
	Fernando Freitas Silva	05/07/2019	Reunião do Conselho de Administração após a AGO/2021.	859.849.901-30	Diretor de Operações
	José Alves Queiroz	21/05/2020	Reunião do Conselho de Administração após a AGO/2021.	340.956.671-68	Diretor Administrativo e Financeiro
	Maria Terezinha da Mota Batista	12/12/2018	Mandato encerrado em 20/05/2020.	311.069.601-06	Diretora Administrativa e Financeira
Conselho de Administração	José Paulo Félix de Souza Loureiro	03/12/2018	Reunião do Conselho de Administração após a AGO/2021.	285.024.181-49	Presidente do Conselho de Administração
	Alexandre Eduardo Felipe Tocantins	03/12/2018	Mandato encerrado em 17/03/2020.	354.327.211-04	Vice-Presidente do Conselho de Administração
	Marise Fernandes de Araújo	03/12/2018	Reunião do Conselho de Administração após a AGO/2021.	193.513.131-15	Membro do Conselho de Administração
	Ricardo Maciel Santana	03/12/2018	Reunião do Conselho de Administração após a AGO/2021.	320.907.221-34	Membro do Conselho de Administração
	Sérgio Luiz Ribeiro Macedo	03/12/2018	Reunião do Conselho de Administração após a AGO/2021.	434.133.071-34	Membro do Conselho de Administração

Anexo III à Carta Anual de Governança Corporativa – Quadro dos Administradores no ano de 2018, com mandato encerrado em 2020

	Nome	Data de Posse	Data de Encerramento do mandato	CPF ou nº passaporte	Cargo eletivo ocupado
Conselho de Administração	Alexandre Eduardo Felipe Tocantins	03/12/2018	17/03/2020	354.327.211-04	Membro do Conselho de Administração
Diretoria Executiva	Maria Terezinha da Mota Batista	12/12/2018	20/05/2020	311.069.601-06	Diretora Administrativa e Financeira